



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Olivia Costa de Oliveira		<b>UF:</b> ES
<b>ASSUNTO:</b> Cumprimento de decisão judicial transitada em julgado. Declaração, para todos os fins e efeitos, da conclusão do curso superior de Administração, bacharelado, com ênfase em Análise de Sistemas, e da respectiva integralização do histórico escolar, por Olivia Costa de Oliveira, ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória – FAVIX.		
<b>RELATOR:</b> Otavio Luiz Rodrigues Jr.		
<b>PROCESSO Nº:</b> 00732.005034/2022-40		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> <b>526/2025</b>	<b>COLEGIADO:</b> <b>CES</b>	<b>APROVADO EM:</b> <b>5/8/2025</b>

## I – RELATÓRIO

Trata-se de processo de cumprimento de decisão judicial transitada em julgado, com força executória atestada pela Consultoria Jurídica do Ministério da Educação – Conjur/MEC, conforme consta no processo SEI nº 00732.005034/2022-40.

As informações extraídas da Nota nº 01307/2025/CONJUR-MEC/CGU/AGU (documento SEI nº 6032964) contextualizam o histórico do processo, nos termos seguintes:

“[...]

*1. Por meio do Ofício nº 00546/2025/CORESPNE/PRU2R/PGU/AGU, a Procuradoria-Regional da União da 2ª Região solicitou o cumprimento da obrigação de fazer determinada pela decisão judicial, cuja cópia segue em anexo, bem como encaminhou o presente parecer, atestando a exequibilidade da referida decisão.*

*2. Trata-se do Cumprimento de Sentença nº 5025258-29.2021.4.02.5001/ES, cuja parte autora é Olivia Costa de Oliveira, em trâmite perante o Juízo Federal da 4ª Vara Federal de Vitória/ES (TRF2), cuja força executória foi atestada por meio do Parecer de Força Executória nº 00241/2024/CORESPNE/PRU2R/PGU/AGU.*

*3. O referido parecer determinou à União que demonstrasse, nos autos, a publicação do ato de convalidação dos estudos da parte autora, mediante a apresentação da documentação comprobatória correspondente. Para fins de contextualização, cumpre informar que o mencionado parecer foi exarado nos seguintes termos:*

*[...]*

*Providência a ser cumprida: “A UNIÃO deverá comprovar nos autos a publicação do ato pelo qual convalidou os estudos da autora, juntando ainda a documentação necessária para tal comprovação.”*

*A título de esclarecimento, trata-se de Cumprimento de Sentença, referente a acórdão transitado em julgado em julho de 2017, condenando a União a garantir a expedição de diploma da Autora, ora exequente.*

*A requerimento da União, foi deferida a substituição do diploma pela convalidação dos estudos da exequente por meio de manifestação formal do Conselho Nacional de Educação, com posterior publicação no Diário Oficial da União.*

*Assim, deve ser comprovada a publicação do ato pelo qual o Conselho Nacional de Educação convalidou os estudos da autora.*

*Ressalto que os documentos necessários à execução da obrigação de fazer já se encontram no NUP 00732.005034/2022-40.*

*[...] – grifos acrescidos.*

## **2. ENCAMINHAMENTO**

*4. Diante do exposto e considerando a necessidade de cumprimento da obrigação de fazer imposta judicialmente, solicitamos os préstimos da **Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Educação**, para que, por gentileza, adote as providências necessárias ao cumprimento da decisão judicial em questão, nos termos do Parecer de Força Executória nº 00241/2024/CORESPNE/PRU2R/PGU/AGU.*

*5. No intuito de facilitar a tramitação administrativa do cumprimento, aconselha-se ao Conselho que todos os casos que lhe foram encaminhados até a data da próxima sessão sejam objeto de um único parecer, a exemplo do que foi feito no processo 00732.003310/2024-05.*

*6. Esta Coordenação mantém-se à disposição e renova os votos de apreço e consideração.*

*Brasília, 1º de agosto de 2025.*

**MARCELLA REBOUÇAS CAMPELO DUEIRE MIRANDA**

*Advogada da União*

*Coordenadora-Geral para Assuntos Contenciosos”*

É o relatório.

## **Considerações do Relator**

Este processo vem a ser relatado nesta Sessão, dispensada a distribuição, e mediante avocação por este Relator, na condição de Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE, em virtude de imposição judicial e do esgotamento do prazo determinado pela Conjur/MEC para seu cumprimento, conforme o

Ofício nº 00546/2025/CORESPNE/PRU2R/PGU/AGU (documento SEI nº 6028079), a seguir reproduzido:

“[...]

*Exmo. membro da Advocacia-Geral da União,*

*em razão da decisão em anexo, solicita-se o cumprimento da obrigação de fazer contida em seu dispositivo, nestes termos:*

*“(...) 90 (noventa) dias para que a UNIÃO informe acerca da finalização do trâmite administrativo do processo de validação dos estudos da autora.”*

*Ante o exposto, encaminhe-se o presente parecer, atestando a executoriedade da decisão, bem como a documentação necessária ao cumprimento do ora informado, registrando que os documentos atinentes à presente manifestação já se encontram anexados ao dossiê judicial SAPIENS do processo em referência.*

*Atenciosamente,*

*Felipe Pavan Ramos*

*Advogado da União”*

Em que pese a incompetência do CNE e do próprio MEC para expedir e registrar diplomas, bem como emitir histórico escolar, a ordem judicial deve ser respeitada.

Considerando que compete ao CNE elaborar as diretrizes nacionais dos cursos superiores, faz-se possível declarar, nos termos exigidos pelo Poder Judiciário, para todos os fins e efeitos, que a interessada Olivia Costa de Oliveira integralizou a carga horária e concluiu o curso superior de Administração, bacharelado, com ênfase em Análise de Sistemas, ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória – FAVIX, código e-MEC nº 740, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Professor Nelson Abel de Almeida, código e-MEC nº 498, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 30.777.411/0001-59.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Voto no sentido de declarar, para todos os fins e efeitos, em virtude de decisão judicial transitada em julgado, que Olivia Costa de Oliveira integralizou a carga horária e os respectivos componentes estabelecidos no histórico escolar, bem como concluiu o curso superior de Administração, bacharelado, com ênfase em Análise de Sistemas, ministrado pela Faculdade de Ciências Humanas de Vitória – FAVIX, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Professor Nelson Abel de Almeida.

Brasília-DF, 5 de agosto de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Relator

### **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Vice-Presidente